

Ata da 3ª. Reunião do Conselho Deliberativo e Científico (CDC) da Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABRATEF), biênio 2018-2020, realizada em Cuiabá -MT.

Aos 19 dias do mês de outubro do ano de 2019, às 9h, no SENAI MT, Av. XV de Novembro, 303, Porto, Cuiabá – MT reuniram-se os conselheiros do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF, Gestão 2018-2020, tendo como coordenadoras Helena Centeno Hintz (AGATEF) e Ieda Zamel Dorfman (AGATEF); e secretárias Edna Malheiros (APETEF) e Virgínia Uchôa (ACTF), sendo dado início à reunião em sua segunda chamada às 9h50min. As coordenadoras abrem a reunião dando as boas vindas a todos os presentes, passam a palavra para Eliane Alves, presidente ATF-MT, que saúda a todos em nome da regional anfitriã ATF-MT. Em seguida a coordenadora Ieda Dorfman solicita que todas as alterações e/ou procurações dos Conselheiros sejam comunicadas e neste momento as assinaturas dos conselheiros foram feitas em uma folha de papel que será colada no livro de presenças. Na sequência, a coordenadora Ieda Dorfman (AGATEF) comunica que a reunião está sendo gravada, que é importante o uso do microfone para que a gravação fique nitida, e que todas as vezes que alguém quiser fazer alguma participação levante o dedo que será feito a listagem das pessoas que querem participar e será passado o microfone. Ieda Dorfman (AGATEF) explicou, também, que ela assumirá os trabalhos no período da manhã e à tarde a condução será de Helena Hintz (AGATEF). Em seguida, a coordenadora Ieda Dorfman submete aos presentes à aprovação da ata da 2ª Reunião da Gestão 2018-2020, realizada em Fortaleza, enviada anteriormente aos Conselheiros para leitura e ajustes, que foi aprovada por 34 votos, e 01 voto contra. A coordenadora Ieda Dorfman, fala que como coordenadora pode ceder 05 minutos da reunião para dar a palavra para Angela Baiocchi (ATFAGO), que não considerou a ata aprovada, passando a palavra para Angela Baiocchi, presidente da ATFAGO. Angela Baiocchi inicia a fala informando que já tinha escrito para Helena e para Edna, em relação à redação de alguns textos atribuídos a ela e da sua não concordância ao que foi colocado na ata de Fortaleza. Ieda interrompeu para informar que a solicitação de Angela Baiocchi (ATFAGO) e a resposta dada, foram discutidas pelas duas coordenadoras, Helena Hintz e Ieda Dorfman, e pelas três secretárias Edna, Michele e Virgínia. Continuando, Angela Baiocchi (ATFAGO), entendendo que foi conversado entre as coordenadoras e secretárias, continuou sua fala confirmando que recebeu a comunicação conversada entre as coordenadoras e secretárias, respondendo que a solicitação de alteração estava fora do prazo e que não seria justo fazer daquela forma. Angela Baiocchi afirma que considera injusto a forma como foram feitas as referências atribuídas a ela e não concorda que esteja gravada da forma que foram escritas, acha que houve alguma confusão. Relata ter conversado com algumas colegas aqui do CDC, do Rio de Janeiro e São Paulo, com a presidente da APTF que, também, concorda com ela e que outras colegas também falaram que ficaram assustadas, e que não concordaram com a maneira como foi colocado na ata. Cita a página 02 da ata do CDC de Fortaleza, sobre a mudança das marcas, que Luis José (ACTF) citou as 25 marcas que tinham mudado suas logos ao longo do tempo, e foi colocado como sua fala que a unanimidade é burra, Rosana Galina (APTF) intervém e confirma que isso foi dito mesmo, Angela Baiocchi (ATFAGO) pede para que a mesma se contenha e continua a sua fala, dizendo que essas considerações intempestivas acabam mobilizando as coisas e as transformam em outras e não permitem que o que está dizendo, que a coisa se torne no que é dito, por que o outro vem e interfere, se atravessa e toma a palavra, então isso a atrapalha. Retorna à frase que a unanimidade é burra e diz que essa frase não é dela, é do Nelson Rodrigues, e que poderia até ter vindo entre aspas, e diz que a pessoa que vai escrever, precisa saber escrever, que ela tem que interpretar o que está sendo dito, não pode simplesmente sair dizendo as coisas. Angela (ATFAGO) disse que a unanimidade é burra em relação às marcas comerciais que o Luis José (ACTF) falou, e que solicitou essa mudança. Ieda Dorfman pede para que Angela (ATFAGO) fale à frase que ela gostaria de alterar. Angela (ATFAGO) fala como solicitou que estivesse na ata, “Angela comentou que nessas situações como as listas de marcas comerciais lembradas por Luis José, ela considera que a unanimidade é burra”. Relata que não pediu para tirar nada, que essa é uma frase que ela mesma escreveu e sabe o que disse, que tem consciência, que apenas pediu para colocar em relação às marcas comerciais lembradas. Fala que é só para esclarecer e não parecer que sai

atirando nas pessoas, que as pessoas a conhecem há décadas e sabem que ela não é assim de sair metralhando as pessoas, só que hoje está bastante chateada. Outra parte que questiona é a “Angela (ATFAGO) comenta que não gastou dois mil reais (R\$2.000,00) para escutar esse assunto trazido pela presidente da APTF Agda”, ela ressalta que não falou isso em relação à Agda Maffei (APTF) ter trazido o assunto, diz não ter se importado em ter escutado aquilo, era muito importante e grave assim como o que ela estava trazendo. Relata que a Agda (APTF) sentou ao seu lado, quando ela terminou de apresentar e ficaram “batendo papo” sobre o que tinha acontecido, que ficou muito mobilizada e comentou com a Marilu que era muito triste essas coisas, pois a Maria Rita tinha sido a sua formadora. Angela (ATFAGO) fala, também, que notou essa ata muito tendenciosa, muito estranha e algumas coisas que não foram ditas em nenhum momento foram acrescentadas e que acha que o tom não foi esse, que pediu para retirar essa frase que não foi dita por ela dessa forma, que falou sobre dinheiro, mas, não em relação a estar ali e ouvindo um assunto tão sério, diz que isso foi colocado fora do lugar, fora do momento, e que falou a respeito de ter gasto o dinheiro, mas não em relação a este assunto. Informa que também tem algumas correções em português que não vai comentar. A coordenadora Ieda Dorfman (AGATEF) pede a fala, enquanto Angela (ATFAGO) procura mais alterações, e comenta como é feita a organização da ata. Ieda diz que a ata foi enviada a todos e que foi dado um prazo para poder mudar tudo o que gostariam de mudar ou que não foi escrito certo na redação, que tal dia é o último dia de poder pedir qualquer modificação. Ieda inclusive informa que Angela (ATFAGO) também enviou correções que foram todas aceitas e modificadas, e que Angela (ATFAGO) perguntou se teria outro prazo para corrigir, ao que Ieda respondeu que toda a organização precisa ter prazo senão nunca acaba, pois cada vez que alguém envia alguma correção é realizada a mudança da redação da ata e a mesma é reenviada para todos lerem e darem a aprovação. No momento que tem o dia certo para concluir o envio de qualquer correção, não é correto para com os outros dar a chance para alguém enviar sua correção, uma vez que os outros não irão saber o que foi mudado na ata, e, também, porque senão nós nunca iremos acabar e fechar a ata. Ieda continua informando a data do término do prazo e quando a Angela (ATFAGO) enviou as modificações, a comissão se reuniu através da internet e decidiu continuar com o prazo já estabelecido para dar credibilidade ao CDC, e assim não haveria mais condições de dar um novo prazo, pois todos tiveram oportunidade de correção. Ângela (ATFAGO) fala que sabe de todas as datas e que tem conhecimento de todas elas, diz que lamenta o seu relapso de não ter cumprido o prazo, mas ressalta que não concorda com a injustiça, que não concorda com a falta de tato na escrita das coisas, que não concorda com a forma que está sendo atingida nesse momento. Ieda Dorfman (AGATEF) toma a palavra e diz que não há nada pessoal e oferece a Ângela para que ela escute a gravação em outra oportunidade. A coordenadora Ieda Dorfman (AGATEF) lembra que foi combinado que as pessoas só iriam falar mediante o uso do microfone, pede para manter essa ordem, pois as interrupções podem causar dificuldades por isso é que foi tomada a iniciativa de que só se fala com o microfone para que não haja nenhuma dúvida do que foi dito, diz que inclusive a ata anterior foi gravada, que foi escutada a gravação com as frases e que está aberta a possibilidade para o caso de que Ângela (ATFAGO) queira ouvir. Considera assim que este assunto está encerrado, pois o espaço para a Angela dizer que não concorda foi dado e que a maneira de proceder à elaboração da ata, também, foi explicada. Em função disso, foi remodelada a maneira da reunião e disponibiliza a gravação e que Ângela fez bem em dizer como é que ela queria que estivesse na ata e que não houve tendenciosidade de escrever a ata, pois a obrigação é a fidedignidade do que foi dito, por isso que está sendo gravado para não haver dúvida. Ieda diz que está gravada a parte da reunião em que a fala de Angela (ATFAGO) apareceu, assim como outras falas também. Angela (ATFAGO) diz que não está negando que a fala apareceu, e que está é questionando a forma como foi escrita, sendo lógico que as gravações não foram transcritas literalmente, diz que isso é impossível, e que toda gravação é transcrita por quem escreve e quem escreve, escreve o que é possível escrever. Ieda Dorfman (AGATEF) diz que tem outra opinião e que não tem por que ter sido mudada a frase do que a pessoa quer dizer, porque o objetivo da reunião é registrar o que é falado para nos trazer retorno dos trabalhos, e questiona o porquê alguém mudaria a intenção da frase para pôr a pessoa numa situação de perseguição. Angela (ATFAGO) comenta que não está dizendo isso e que muitas vezes quando se escreve, a pessoa precisa ajustar à escrita, a redação, ela não escreve literalmente tudo que é dito. É preciso fazer uma ata compreensível, adequada e resolvida, diz que já foi secretária do CDC e acha que todos devem ter esse cuidado. Angela (ATFAGO) ainda refere que ninguém vai escrever oito horas de ata de conversa em uma ata, a ata não é literal com que é gravado e é refeita. Angela (ATFAGO) diz que quer ouvir as gravações, mas não concorda que não se faça uma exceção. Ela considera que precisa haver um consenso, que não está pedindo para retirar coisas que tenha dito, e não acha que ninguém a está perseguindo, mas acredita que foi um equívoco que talvez tenha causado com as críticas e

questionamentos sobre a ATFAGO. Isso pode ter provocado uma situação diferente, causando problemas, e que talvez isso tenha influenciado as pessoas que escreveram. Helena Hintz (AGATEF) fala que fizeram uma consulta com o advogado Dr. Dárcio Francisco dos Santos, e pede para ler partes importantes quanto a esse assunto: *“primeiramente uma ata de reunião não precisa necessariamente ser aprovada por todos os presentes”, “no caso de ser gravada a reunião passa a ter um meio para se poder checar e comprovar tudo que se tenha dito na reunião”, “assim sendo, a gentileza que se tem para que os participantes possam checar o conteúdo da ata, não pode ser usada para se retirar assuntos específicos, ou excessos verbais que possam ter ocorridos”* e o Dr. Dárcio Santos concluindo informa: *“portanto, a redação da ata da reunião é de responsabilidade de quem foi incumbida dessa tarefa devendo assinar a ata juntamente com quem presidiu a reunião”, “não é necessário que todos os participantes aprovem o texto da ata, podendo se manifestar na reunião seguinte e registrar o seu comentário a respeito”*. Após a leitura do parecer jurídico, a coordenadora Helena explica como foi tratado este assunto, as oportunidades, com prazos dados para leitura, registro de comentários, sugestões e retificações na fase de elaboração da ata e que passado esses prazos a ata fica considerada pré-aprovada. A partir do encerramento desses prazos, se houver alguma discordância será dada a oportunidade de registrar seu desacordo na próxima reunião que está sendo iniciada neste momento, e será colocada na ata que está sendo elaborada hoje, dia 17-10-2019. **Após a ata da reunião de Fortaleza ser aprovada por 34 votos, e 01 voto contra**, a coordenadora Ieda apresenta a **pauta da presente reunião**: 01. Abertura pela Associação ATF-MT; 02. Verificação do quórum e assinatura de livro de presença dos Conselheiros; 03. Aprovação da ata da reunião ocorrida em Fortaleza - CE, em 05 e 06 de abril de 2019; 04. Leitura e aprovação da pauta; 05. Dar as boas-vindas às novas Regionais; 06. Notícias da Diretoria Executiva da ABRATEF; 07. Apresentação da organização do 14º Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, organizado pela ABRATEF/ATFAGO; 08. Apresentação atualizada da Moção: A Inserção do Terapeuta de Família na Rede Pública por Maria Rita Seixas, em 15min, e colocação de perguntas e respostas sobre esta atualização, em 15min. Esta atividade terá o tempo total determinado de 30min; 09. Apresentação das Regionais com alguma solicitação, dificuldades ou dúvidas que necessitem de orientação do CDC; 10. Formação em grupo das Comissões do CDC da ABRATEF para elaboração e discussão dos temas pertinentes a cada Comissão; 11. Apresentação dos temas discutidos em cada Comissão; 12. Apresentação da APETEF, que estará sediando a quarta reunião do CDC deste biênio e, juntamente com a ABRATEF, promovendo XXI Simpósio Brasileiro de Terapia Familiar, em data a ser aprovada neste conselho; 13. Assuntos gerais; 14. Proposta de temas a serem discutidos na próxima reunião do CDC; 15. Avaliação sobre o trabalho da 3ª reunião do CDC. Dando sequência à pauta, a coordenadora Ieda Dorfman passa a palavra para a presidente da ABRATEF, para as Notícias da Diretoria Executiva da ABRATEF. A presidente Silvana Silvestre (ATFAGO) deu as boas-vindas a todos e se disponibilizou para apresentar todas as atas das reuniões executivas da ABRATEF e a contabilidade da ABRATEF até agosto e, também, a contabilidade do Congresso até setembro, deixando disponibilizado para qualquer consulta. Apresentou a sua agenda de abril até outubro de 2019, com as reuniões que fez com os Núcleos e Institutos Formadores, no sentido de dar uma legitimidade aos institutos formadores. Apresentou, também, os locais e eventos que participou como a abertura da celebração do Dia Internacional da Família - DIF no Rio de Janeiro; reunião para fortalecer a parceria com a RELATES e a inclusão de mais institutos formadores. Informou que na X Jornada Paulista de Terapia Familiar teve a oportunidade de encontrar profissionais do Rio Grande do Norte interessados em abrir a nova regional em Natal. Ada Pellegrini (APTF) solicita que sejam informados, para a Comissão de Formação do CDC, quais os pré-requisitos para os institutos formadores. A presidente Silvana Silvestre fala que tem sido questionado as horas dos cursos, pois o MEC aprova os cursos com 360 horas e para a ABRATEF só é credenciado o curso com 500 horas de aulas teóricas, no mínimo, 100 horas de prática de atendimentos e supervisão e, ter, no mínimo, dois diretores associados à ABRATEF e adimplentes. Acrescenta que todos os critérios estão no site da ABRATEF. Fala sobre a sua participação na 10ª Conferência da EFTA-SIPPR a convite da Presidente Monica White. Chegando lá, constatou que estava representando toda a América do Sul; na ocasião a presidente Silvana participou de uma reunião para uma possível parceria da ABRATEF com a Federação Mundial das Associações de Terapia Familiar - WFFTA, após apresenta as metas e os objetivos da Federação Mundial das Associações de Terapia Familiar – WFFTA, que tem como declaração de visão: criar a visibilidade global, a conscientização, direitos, ação e atividade do movimento Global de Terapia Familiar. A presidente Silvana informou que devido à renúncia da vice-presidente da ABRATEF foi orientado pelo advogado Dr. Dárcio Santos, Consultor Jurídico da ABRATEF, que fosse realizado uma reunião com a Diretoria Executiva e as coordenadoras do CDC, Helena Centeno Hintz e Ieda Dorfman, o que foi feita no dia 02 de agosto de 2019 e foram eleitas; Eliane Pelles (ATFAGO), Vice-Presidente da

ABRATEF e Florença Ávila (ATFAGO), segunda secretária. A presidente Silvana ressalta que o estatuto da ABRATEF é engessado, que é preciso diferenciar o que é ABRATEF e o que é o Congresso, fazendo a Redistribuição da cota do lucro ABRATEF/Congresso/Regional, como previsto de 60/40, respectivamente de lucro do congresso, pois acredita que é importante fortalecer a ABRATEF, dando continuidade a presença física da ABRATEF e a profissionalização das Redes Sociais. Informa, ainda que a revista da ABRATEF, volume 08, foi concluída. Esta é a primeira revista online que a ABRATEF edita, com 11 artigos, que já está disponibilizada no site da ABRATEF. Silvana Silvestre apresenta oficialmente as novas regionais: ATEFAM, ALATEF, ATFRN e ATF Minas, recebendo das mãos da Suely a documentação da ATFRN. Propõe que as novas regionais tenham a isenção da anuidade no seu primeiro ano. Apresenta a contabilidade da ABRATEF – Saldo poupança de R\$106.944,36 (cento e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos); Saldo poupança do Congresso de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e Saldo da conta corrente de R\$19.174,21 (dezenove mil cento e setenta e quatro reais e vinte e um centavos). É dada a fala para Vera Risi (ATFRJ), que explica como foi o percurso com o Banco para repassar o dinheiro para a atual presidente da ABRATEF Silvana Silvestre. Fala que na reunião de Chapecó foi que ficou definida a mudança do percentual do lucro do congresso que ficou 40% para ABRATEF e 60% para a regional que organiza o Congresso, mas que não foi, ainda, colocado em prática, bem como, ficou determinado que as Regionais que realizarem o Simpósio da ABRATEF destinarão 10% do lucro do evento, se houver, para ABRATEF. Encerrando sua fala Vera (ATFRJ) elogia o trabalho da presidente da ABRATEF. O grupo foi liberado para o Intervalo. A coordenadora Ieda Dorfman, dando continuidade à pauta, passa à **apresentação da organização do 14º Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, organizado pela ABRATEF/ATFAGO**, dando a palavra a Larissa Caramaschi (ATFAGO), presidente do 14º Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, para apresentar as novidades e notícias sobre o congresso. Larissa Caramaschi (ATFAGO) inicia dando as boas vindas e apresenta um vídeo sobre o local que será realizado o congresso (Resort), os sub-eixos do congresso, a tabela de valores das inscrições e informa que o primeiro lote já passou. Fala que está sendo feita algumas promoções nos eventos que vem participando, sorteou vagas do pré-congresso e que, também, faz promoção com cupom de desconto. Foi feita uma promoção no Instagram e mostra o vídeo da pessoa que foi sorteada com a inscrição do pré-congresso, que foi a Bruna. Solicita a contribuição de todas as regionais elaborando vídeo curto de 4 min, convidando a todos para o congresso e informando que irá participar do congresso. O vídeo pode ter o título “eu vou” e mostra o vídeo de Verônica Cezar-Ferreira (APTF). Apresenta também o vídeo do Mony Elkaim, palestrante convidado. Informa que a programação científica está sendo realizada com muito carinho e atenção com a Analice Vinhal e a Eliane Peles, ambas da ATFAGO. Diz que o 14º Congresso contará com grandes profissionais, nacionais e internacionais, da área de Terapia de Família, em seus múltiplos contextos. O terapeuta familiar poderá participar em todos os sub-eixos, em que terão cursos específicos e assuntos específicos de cada sub-eixos. O prazo para envio do trabalho foi aberto um ano antes e estará aberto até 31 de março de 2020. Apresenta as parcerias e contratos fechados: Centro de Convenções (já pago), Hospedagem Rio Quente Resorts, Elo Eventos, Design/Artes, City Tour (que é uma novidade). Indica pegar voo para Goiânia e Caldas Novas, repassa os valores do “transfer” (R\$ 200,00, para ida e volta por Goiânia/ R\$100,00, para ida e volta por Caldas Novas). A conselheira Ada Pelegrini (APTF) solicita que seja repassado os horários de saída desses ônibus. A Presidente do 14º Congresso, Larissa, dando continuidade à sua apresentação, informa a parceria com a Latam Airlines na compra da passagem para o 14º Congresso onde a companhia aérea está dando 20% de desconto para os congressistas. Haverá nos dias 22 e 23 de novembro o evento para “esquentar” o congresso, o “Self do Terapeuta” com a Cynthia Ladvocat (ATFRJ). Fala também que estão sendo elaborados os manuais: “informações do congresso” e também “tutoriais” para facilitar o acesso ao site e outras informações. Apresenta o relatório das inscrições, estando no momento com 301 inscritos, a camisa desenhada para o congresso e solicita que todos os conselheiros vistam a camisa do congresso. Entrega aos presidentes das regionais o Kit de divulgação, com folder, marca páginas, etc. e, finalizando, apresenta uma palhinha da música do Congresso. Lúcia Freire (APETEF) solicita que a Larissa envie a apresentação por e-mail, para que as regionais divulguem todas as informações. A presidente da ABRATEF, Silvana Silvestre, ressalta que é importante que os associados da ABRATEF dêem preferência a se hospedarem no Hotel Turismo e que as regionais estimulem os seus associados a ocuparem todos os quartos do hotel Turismo, que será o local onde acontecerá o 14º Congresso. Em prosseguimento à pauta, a coordenadora Ieda passa para **Apresentação atualizada da Moção: A Inserção do Terapeuta de Família na Rede Pública por Maria Rita Seixas**, informando que está previsto para este item o tempo total de 30min, sendo os 15min iniciais para as considerações da associada Maria Rita Seixas (APTF), ficando os 15min finais para perguntas e respostas sobre a

atualização da Moção. Foi dada a palavra então à associada Maria Rita Seixas (APTF) para a apresentação da atualização da Moção que objetiva a inserção do terapeuta de família na Rede Pública. Assumindo a palavra, a associada Maria Rita Seixas (APTF) agradece a oportunidade para esclarecer os últimos fatos que estão acontecendo com a Moção, e diz que Agda Maffei (APTF) a informou do que tinha acontecido na última reunião do CDC, em Fortaleza, e a mesma ficou bastante preocupada com a impressão dos conselheiros. Maria Rita inicia lendo a ata do CDC de Pirenópolis que foi em 2016, onde consta, em anexo, o documento da Moção na íntegra, e que teve vários questionamentos, tais como: de Eliete Belfort (APTF) se este documento já estava aprovado para entender o que caberia aos conselheiros do CDC durante aquele encontro; Lucia Freire (APETEF) questionou sobre as demais categorias de terapeutas (psicodramatistas, psicanalistas dentre outras), que não estão inclusas no texto. Maria Rita (APTF), lembrando a reunião do CDC de Pirenópolis, lê alguns trechos da ata de Pirenópolis: "...explicou que a ideia do documento começou com o Terapeuta de Família, numa comissão na APTF, e foi se ampliando. Neste momento no CDC, está solicitando o apoio da ABRATEF e a autorização para a utilização de sua logomarca, devido à sua importância enquanto Associação representativa desta categoria. A partir do momento que tiver o apoio das demais categorias, irá incluir na moção, que se tornará petição futuramente". Após vários comentários a **coordenadora do CDC Daniela Bertoncello de Oliveira (APRTF), na gestão 2016-2018, solicitou que todas as Regionais discutam o documento e contribuam com sugestões para o movimento. Colocou em votação o apoio da ABRATEF para essa primeira etapa da Moção com a ressalva de que as considerações feitas durante o debate sejam incluídas e revistas. Dentre os presentes, houve 25 (vinte e cinco) votos a favor do apoio da ABRATEF à Moção, nesta primeira etapa, com o compromisso dos presentes se engajarem e contribuírem com as alterações por escrito para que sejam feitas as alterações no documento.** Maria Rita explica que está lendo a ata porque uma das observações constantes na última reunião, que lhe foi passada é que a ABRATEF precisava conhecer o documento na íntegra, para poder aprovar e nesta oportunidade está mostrando que o documento da Moção foi aberto e explicitado para todos. Fala que está nas entrelinhas, mas que entende que dá para perceber que, também, foi aprovada a entrada de outros terapeutas na Moção, que todos ficaram sabendo e solicitando entrar. A inclusão de outros terapeutas na Moção foi depois que todos já sabiam e até havia um pedido que isso acontecesse. Continuando com a palavra e trazendo para a presente reunião do CDC, a associada Maria Rita (APTF) fala que após ler a carta que recebeu da APTF com a conclusão de que o projeto atual se distancia do projeto inicial e, ainda, informando a retirada do apoio da APTF à Moção. A associada Maria Rita também leu a carta resposta que enviou para APTF, onde informa seu estranhamento por não ter sido convocada, como coordenadora da comissão da referida Moção – agora Projeto, para a reunião ocorrida em 24/05/2019, que entendeu ser uma reunião deliberativa sobre o projeto da Moção, uma vez que estavam presentes representantes pertencentes ao CDC e da coordenação/organização da Moção do CDC e que ela estava nesta comissão numa atitude de colaboração e não de disputa. A associada Maria Rita explica que a APTF foi inserida no projeto por uma determinação das presidentes da FEBRAP, da ABRATEF e Coordenadora do Projeto, decisão que comunicou a essa diretoria, em reunião já solicitada por ela para esclarecer esse fato. Nesta reunião, apenas, não foi comunicada, o número de horas, pois seria informado em reunião oportuna, das três coordenações: FEBRAP/ABRATEF/Coordenação da Moção. Mas como não foi comunicada a reunião do dia 24/05/2019, não houve oportunidade de informar a definição da distribuição das horas/aulas constantes do projeto, que a APTF ficou com maior número de horas e de supervisão por ter três grupos, perfazendo um total de noventa e seis (96) horas de aula teórica e duzentas e cinquenta e duas (252) horas de supervisão. É importante, também esclarecer que a APTF realizará seu programa junto com o programa do Psicodrama, que gentilmente abriu espaço para APTF. Lembra que tentou a participação do grupo de Psicanálise, que não se interessou em participar, mas que conseguiu a colaboração do Psicodrama. Nesta ocasião, lembra que ela, Maria Rita, é muito mais ligada à Terapia Familiar, do que ao Psicodrama, inclusive foi fundadora da APTF. A participação do Psicodrama foi que viabilizou o projeto, pois o governo queria psicoterapia devido ao grande número de suicídio que ainda ocorre atualmente. Lembra ainda que todos esses pontos poderiam ter sido esclarecidos, se as coordenadoras do projeto, da ABRATEF e FEBRAP tivessem sido convocadas para a reunião na APTF, que ocorreu no dia 24-05-2019. A associada Maria Rita fala da importância desse projeto e que lamenta que com todo trabalho e empenho para a aprovação desse projeto, durante esses últimos cinco anos, não conseguiu demonstrar todo apreço que tem pela APTF. Atualmente o projeto está próximo para sair e foi levado ao Ministério pelo Dr. Rafael, que é assessor do coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que já foi assinado pelo Secretário e está em vias de sair. Esse projeto foi uma pequena conquista de saúde pública. Esclarece que esse é um projeto piloto e que existia a intenção de que ele fosse feito no Brasil

inteiro, mas as mudanças políticas ocorreram e nós não sabemos o que irá acontecer, provavelmente, a continuidade ou não desse projeto dependerá da eficácia da aplicação dessa fase piloto e solicitou o empenho daquele que o irão operacionalizar. Finalizando, a associada Maria Rita agradece pela oportunidade para prestar os esclarecimentos. A coordenadora Ieda Dorfman então pergunta se alguém gostaria de comentar algo, e Agda Maffei (APTF) pede a palavra e informa que tudo isso que a Maria Rita comentou foi uma resposta ao pedido dela. Informalmente, a associada Maria Rita perguntou se a APTF iria participar do projeto da forma que estava, ou seja, a APTF iria responder legalmente à FEBRAP, então foi solicitada a Maria Rita que enviasse um pedido formal para a APTF, que a APTF iria responder para a FEBRAP. Como ficou entendido pela comissão do projeto de São Paulo que foi o CDC que aprovou, essa gestão precisava tomar uma atitude e perguntar ao CDC o que fazer. Rosana Galina (APTF) solicita que seja feita uma inclusão, alguma coisa para ser referendada ou ampliada, a ideia é que se faça essa discussão em outras regionais e se intensificar em São Paulo, pois o projeto é muito bom, mas quando é dito que São Paulo se retira, é devido ao que ficou dito que não gostariam, porque a Terapia de Família iria prestar conta ao Psicodrama. Agda (APTF) pede novamente a palavra, informa que se existia uma comissão, ela deveria estar presente nessas decisões, como não esteve, precisou prestar esclarecimento sobre a ausência da Comissão nessas decisões. O projeto inicialmente seria de Terapia de Família, em momento nenhum foi falado de psicoterapia, porque a inserção da Terapia Familiar na rede pública se deve ao fato de não se ter para quem encaminhar e que, se o curso for para psicoterapeutas, participariam apenas os psicólogos, e a formação em São Paulo é bem abrangente. A associada Marlene Marra questiona se as horas são para formação em Terapia Familiar, e Maria Rita informa que é para capacitação. Eliete Belfort (APTF) informa que a APTF iria estar presente se estivessem presentes os associados da ABRATEF, a APTF ficou de fora é porque a Terapia Familiar de São Paulo ficou de fora desse projeto e, se quisesse entrar, seria sob o comando do Psicodrama e ainda teria que prestar supervisão ao Psicodrama. A associada Maria Rita Seixas pede a palavra para responder que o pedido da Rosana Galina (APTF) foi aceito no CDC e foi solidificado que todas as profissões fossem incluídas no projeto e isso foi colocado no projeto. Esclareceu que os profissionais das regionais é que irão dar aula. Foi visto no CDC que o Terapeuta de Família não é uma profissão reconhecida ainda, já que ela não é formalizada e que, a APTF não estaria sob o comando do Psicodrama, mas sim estaria trabalhando junto com o Psicodrama, cada associação teria 104 (cento e quatro) horas e a APTF teria 252 (duzentos e cinquenta e duas) horas, porque ela daria aula em todos os cursos. A associada Marlene Marra, de Brasília, pergunta se esses profissionais que serão capacitados seriam essa nova categoria de associado, que é Associado Colaborador Profissional de Múltiplas Práticas, ao que Maria Rita confirma. Agda (APTF) toma a palavra para esclarecer que não foi falado de psicoterapia ao que a Maria Rita Seixas confirma. A associada Maria Rita esclarece ainda que, nem a ABRATEF e nem a FEBRAP entrarão neste projeto como entidade, o projeto será da Santa Casa que assumiu por ser uma entidade de reconhecimento público sem fins lucrativos e, supõe que, irá repassar a verba para os institutos que irão implantar o projeto. Haverá uma reunião em que a presidente da ABRATEF Silvana Silvestre, e a representante Vera Risi serão convidadas, e ambas já estão sabendo, para reunião em que irá ser decidido o trâmite do dinheiro. Eliete Belfort (APTF) pergunta onde está o edital em que está escrito tudo isso. Maria Rita responde que não tem ainda, pois não saiu o projeto e continua esclarecendo que quando o projeto for aprovado sairá o edital e o dinheiro será repassado para todos que estão no projeto. A Eliete (APTF) lembra que não é a questão do dinheiro e sim da questão trabalhista de quem irá contratar. Maria Rita informa que a questão trabalhista será tratada da mesma forma que os cursos que os Institutos Formadores promovem. Retomando a palavra, a coordenadora Ieda parabeniza o CDC por terem participado e esclarecido, que é importante dar espaço para todos falarem e serem ouvidos, é um tema sério com muito conflito e que precisava ser esclarecido. A coordenadora Ieda encerrou os trabalhos da manhã, às 13h, e convidou a todos para almoçar, informou que deveremos retornar às 15h. Após o almoço a coordenadora Helena Hintz (AGATEF) reiniciou os trabalhos da tarde do dia 18, às 15h05min, dando continuidade à pauta. Neste momento foi sugerido por Cecília Batista (ATFRJ) que fosse invertido o próximo item da pauta, iniciando com a reunião das comissões e depois a apresentação das regionais, o que foi aceito. Então o grupo se distribuiu para os trabalhos das **Comissões do CDC da ABRATEF para elaboração e discussão dos temas pertinentes de cada Comissão**. Concluído o tempo dos trabalhos das comissões, a coordenadora Helena Hintz (AGATEF) assumindo a direção dos trabalhos, solicita que os grupos retornem a seus lugares para dar continuidade à reunião. Informa que como está havendo dúvidas sobre a Comissão de Novas Regionais, diz que dará um tempo para esclarecer e relata: houve um mal-entendido sobre esta Comissão, quando foi interpretado, através de um e-mail, que a comissão teria sido extinta, mas foi esclarecido que a comissão só poderia ser iniciada ou extinta em uma reunião do CDC através de votação. A

coordenadora Helena informa que a comissão é importante, pois nesta gestão 2018-2020 tivemos a abertura de quatro novas Regionais. Rosana Galina (APTF) esclarece porque a Comissão de Novas Regionais foi extinta em 2014. Esta comissão tinha objetivo de incentivo e apoio, mas que não se fez mais necessária, pois por dois biênios a comissão estava totalmente paralisada, sendo reativada nessa gestão de 2018-2020, mas quando começou a ter problemas pessoais entre membro dessa Comissão e a Presidência da ABRATEF, ficou bastante claro que era uma “briga de braço” e que quem faria e efetivaria esse trabalho seria a Presidente da ABRATEF, pois isso é a tarefa dela. O apoio a uma nova regional poderá ser dado pela Comissão, após ela ser formalizada, mas a parte inicial de criação, documentação, etc. competem à Presidente da ABRATEF, que viabiliza mais agilmente a legalização da nova regional. Katya Rodrigues (AMATEF) pede a palavra e esclarece que as atribuições da comissão e que estavam sendo seguidas, foram acordadas com o grupo da comissão, registradas na ata de Fortaleza e Ângela Baiocchi (ATFAGO) estava coordenando a comissão, mas informou para os outros membros da Comissão: Virginia Uchoa (ACTF), Luis José (ACTF) e Katya Rodrigues (AMATEF) que não poderia coordenar, mas que estaria à disposição para consultas da comissão. Foi enviado um e-mail para a Presidente da ABRATEF, por orientação de Ângela (ATFAGO), solicitando orientações para dar andamento aos trabalhos listados pela Comissão, na reunião de Fortaleza, no tocante às novas regionais. A partir da resposta do CDC foi construída a proposta de atuação da Comissão que está aguardando a solicitação da Presidente da ABRATEF para atuar junto às novas regionais. Cynthia Ladvoat (ATF-RJ), fazendo uso da palavra, esclarece o objetivo inicial da Comissão e que antes era chamada de Comissão de Apoio às Novas Regionais. Faz algumas narrativas históricas sobre a situação da AMITEF, que foi dado apoio, pois estava com problemas e que era inicialmente o objetivo desta Comissão, que era chamada de Apoio e depois foi estendido para Apoio a Novas Regionais. Ao encontrar com o associado Flávio, da regional de Brasília, solicitou o documento que ele redigiu, quando membro do CDC, e de posse das normas escritas e juntamente com a Vera Risi (ATF-RJ), implantou na gestão da ABRATEF 2016-2018, e hoje consta do Regimento Interno da ABRATEF. Cynthia (ATF-RJ) lembra que existiu uma Comissão de Comunicação, que Rosana Galina (APTF) confirmando, lembra que a comissão foi de Relações Internacionais. Continuando Cynthia fala que a Comissão de Relações Internacionais, também foi extinta, pois se chegou à conclusão que era uma função da Presidente da ABRATEF, existiu a Comissão de História, que também foi extinta, mas já retornou. Relata que sempre vai dar apoio às novas regionais e que sempre irá auxiliar e incentivar, é um papel de todas nós e que foi muito importante em Manaus. Mas essa é uma função da Presidente da ABRATEF. A presidente Silvana pede a palavra e ressalta que esta Comissão de Apoio às Regionais se reuniu no CDC de Fortaleza, e definiu tarefas que são da prerrogativa do presidente da ABRATEF, é o que esclarece o e-mail em resposta à solicitação da Comissão a partir da reunião do CDC de Fortaleza. As atribuições da Comissão serão de acordo com a solicitação da Presidente para apoiar cada regional Nova. Lembra que deveria ter sido esclarecido isso na reunião anterior, quando a Comissão apresentou suas tarefas na reunião de Fortaleza, diz que ocorreu um erro e que deve ser admitido e repete que as funções que foram colocadas na ata de Fortaleza são prerrogativas do papel do Presidente da ABRATEF, e que é melhor a Presidente não mais participar dos Simpósios. Cecília esclarece que nem a Presidente da ABRATEF, nem a Coordenação do CDC e nem as Secretárias devem apresentar trabalhos no Simpósio, para não se ausentarem da reunião. Helena Prado (ATF-RJ) esclarece que tudo já foi dito, ilustrado quais são as atividades da Comissão e está absolutamente confortável pelo fato de ter sido explicado, que as tarefas são atribuições da Presidente da ABRATEF e está encerrada essa situação sobre a comissão de Novas Regionais, que essa discussão, no seu entendimento, se trata de uma questão pessoal. Retomando a palavra e para finalizar o assunto a coordenadora Helena Hintz ressalta que a resposta à consulta da Comissão foi dada através de e-mail, datado de 26-04-2019, onde enfatiza que a Comissão de Apoio às Regionais não é uma comissão permanente do CDC, que estava extinta pela ata do CDC do dia 10 de abril de 2014 e devidamente retomada nesta gestão 2018-2020. A Helena Prado (ATF-RJ) já se posicionou, questiona se aos demais membros da comissão, Katia (ATF-MT) e Virginia (ACTF), ficaram confortáveis com que foi dito aqui. E todas confirmam estarem confortáveis. A coordenadora lamenta Ângela (ATFAGO) não estar neste momento na sala para dizer como ficou para ela. A Coordenadora Helena coloca em votação, com quem estava presente no momento, se esta Comissão de Apoio a Regional deve continuar a existir nesta gestão. **Então ficou decidido, por unanimidade, que a Comissão de Apoio às Regionais foi extinta hoje, dia 18-10-2019, na gestão 2018-2020 do CDC, às 17h.** Foi dado intervalo para coffee break, devendo retornar em 15 minutos. Após o intervalo, a Coordenadora Helena informa que a Comissão de organização da ATM-MT sugeriu que poderemos ir direto para o jantar de ônibus. Dando sequência aos trabalhos, passou ao próximo item da pauta que é **a apresentação dos temas discutidos em cada Comissão:** Comissão de Estatutos,

Regimento Interno e História, composta por Cecília (ATF-RJ) - coordenadora, Rosana Galina (APTF), Eliete Mattos (APTF) e a participação da Cynthia Ladvoat (ATF-RJ). Cecília (ATF-RJ) relata que será necessário estudar mudanças estruturais; Rosana (APTF) informa que está sendo visto item por item do Estatuto, há itens em que podem ser sugeridas mudanças, o que faz, também, a Comissão de História, que já tem a história atualizada, pois a Presidente Silvana enviou as novas regionais. Foi solicitado a Cynthia para escrever sobre o grupo de Roma, pois foi a partir dela que este grupo surgiu. Cecília vai se debruçar no que já existia da Comissão de Estatuto e vai propor o que poderá ser alterado, por internet, já que só haverá mais uma reunião do CDC, e assim possibilitar sua aprovação na Assembleia Geral, que ocorrerá no 14º. Congresso. Comissão de Estudos da Formação, composta por Eliane Alves (ATFMT) – coordenadora – ausente nesta reunião, Lucia Vinagre (ATF-RJ), Agda Maffei (APTR), Edna Malheiros (APETEF); Maria Helena Lira (APETEF), Rosane Porto (ATF-RJ) colaboradora, e Suely Engelhard (ATF-RJ) colaboradora. Rosane Porto (ATF-RJ) como relatora da comissão informa que tiveram uma reunião online e hoje definiu que desejam que os presidentes levem um questionário com oito perguntas para aplicar em seus institutos, para conhecer a realidade dos Institutos. A mesma relata o questionário e as suas perguntas. A presidente Silvana, sugere perguntar aos institutos quais as graduações que eles aceitam fazer parte do curso de Terapia Familiar. Helena Hintz (AGATEF) comenta que se os institutos são reconhecidos por suas regionais, então poderia perguntar se gostariam de ser associar ou apenas ter o reconhecimento da regional. A presidente Silvana, fala sobre os acordos de colaboração dos institutos, que está indo em estado por estado, e quando o instituto se interessa em se associar a ABRATEF e a regional recomenda, a regional precisa entrar em contato com eles para que seja verificado se poderá ser Instituto Formador ou Núcleo Parceiro, para então assinar o contrato específico. Lembrando que para ser Instituto Formador precisa oferecer o curso de Formação de Terapia Familiar com 500 horas, 100 horas de prática, ter pelo menos dois diretores associados à regional e para ser Núcleo Parceiro precisa que os diretores sejam associados à regional/ABRATEF. Analice Vinhal (ATFAGO) também sugere uma questão para perguntar se o curso é reconhecido pelo MEC, deve dividir em duas questões: se o curso está chancelado por alguma instituição de nível superior e, se não estiver, se o curso já tem registro como curso de pós-graduação direto pelo MEC. Cynthia (ATF-RJ) fala que a ABRATEF já tem uma lei, que é Documento Norteador aprovado pela ABRATEF, então o que se poderia perguntar é se o Instituto Formador gostaria de fazer alguma sugestão a esse Documento Norteador. Se existe um Documento Norteador é exatamente para a Regional, ao admitir o associado, verificar se o curso que ele fez está de acordo com o Documento Norteador, se não estiver, não irá colocar como Associado Titular. O nosso Documento Norteador está em vigor e precisa ser seguido, devemos decidir se precisaremos pensar nesse documento novamente. Eliete (APTF) pede a palavra, diz que foi discutido na Comissão do Regimento, Estatuto e História, e que deve ser discutido na Comissão de Formação o que pensamos sobre como pode ser a parceria com o instituto. Rosane Porto (ATF-RJ) tem a palavra e diz que a ideia do questionário era conhecer a realidade atual, pois há vários institutos que não estão dentro do que é exigido, nosso objetivo não é fiscalizar e sim conhecer. Márcia Perin (ATEFES) fala que na sua regional, como a diretora do Instituto conhece a ATEFES, é preciso que o questionário seja novo e objetivo para estimulá-la. Maria Helena Coelho (ATF-MS) lembra que uma das perguntas respondidas no Encontro de Formadores era sobre o que está sendo discutido. Lembra que respondeu que além da formação achava que teriam que ter outros cursos, como cursos de curta duração e acha que se precisa reler o que foi respondido e que não adianta pegar outro questionário sem ler o que foi respondido. A coordenadora Helena, explica que é diferente, pois o trabalho agora é o resultado do que foi escrito antes. Rosane Porto (ATF-RJ), explica que foi enviando para a Eliane Alves (AMATEF) o questionário e ela acabou formatando para o encontro de formadores. Agda (APTF), fala que existe uma realidade paralela e que nem sempre nós somos tão próximos. Na PUC tem um curso, que é ligado ao MEC, em que eles discutem sobre a carga horária e da vinculação ao MEC, e quando é colocado para a regional um curso de 360h, a APTF repassa as exigências do Documento Norteador, mas o pessoal da PUC informa que a pessoa que concluir o curso irá buscar a prática e a supervisão de outros modos. Marlene Marra (Brasília), fala que gosta da ideia de conhecer sem pretensão, pois as regionais são compostas por vários institutos e temos um curso em Brasília que é aprovado pelo MEC e que só tem 360h, e é um bom curso, pois ele está aberto, no mercado, há 40 anos, é preciso ser revisto essas coisas e precisa ser sem pretensão e que se for enviado só para os Institutos formadores teremos as mesmas respostas, por isso é preciso enviar para os vários Núcleos. Cynthia (ATF-RJ) diz que trabalhou na Comissão de Formação e não podemos fingir que o Documento Norteador não existe, e que pode ser interpretado de outro modo. Ela sugere que deve ser enviado para as regionais com um texto provisório, informando que está sendo revisto o Documento Norteador e que é necessário entender a realidade de cada estado para

identificar a necessidade de efetuar novos subsídios para mudanças no Documento Norteador da ABRATEF. Rosane (ATF-RJ) solicita que Cynthia (ATF-RJ) a ajude para construir esse questionário. A coordenadora Helena lembra que tem outras comissões para se apresentarem e que precisamos finalizar essa apresentação. Agda (APTF) informa que uma associação de ex-alunos de um curso de Terapia de Família, em São Paulo, está ampliando para o Terapeuta de Família que quiser fazer parte, poderá se associar e que a anuidade é de R\$140,00 (cento e quarenta reais), então trouxe para o CDC para discutirmos essa realidade. Comissão de Pesquisa composta por Marlene (Brasília), Marcela (ATF-MS), Mariela (ATF-MT), Helena Prado (ATF-RJ) e Ieda (AGATEF), Marlene Marra fala das dificuldades dos profissionais que trabalham no consultório de avaliar os processos psicoterapêuticos clínicos, que conhece uma professora em Brasília que trabalha com a possibilidade de quantificar e avaliar os processos clínicos e que poderá trazer essa pessoa para o congresso, para falar sobre a metodologia para que possamos avaliar o processo de Terapia Familiar. Já consultou Analice Vinhas (ATFAGO) sobre essa possibilidade e pergunta o que grupo do CDC acha dessa ideia, se for boa e interessante, poderemos tentar avaliar com as ferramentas os processos clínicos de Terapia Familiar. Marcella Naglis (ATF-MS) pergunta se essa professora é terapeuta de família e Marlene fala que tem trabalhado com ela para avaliar esses processos, ela é psicóloga e acha que deve se interessar em apresentar no Congresso. A professora avalia os processos terapêuticos, existem documentos concretos, que é de um autor inglês, que pode pegar os dados e repassar para que o grupo possa conhecer melhor, avaliar e verificar se poderá aplicar na clínica de Terapia Familiar. Marcella Naglis (ATF-MS) fala que é uma ideia e que podemos construir e adaptar uma avaliação para a Terapia de Família, A coordenadora Helena fala que essa discussão deve ser feita dentro da própria Comissão de Pesquisa. Marlene pergunta se vale à pena investir nisso. Larissa (ATFAGO), pergunta qual a importância dessa pesquisa poder contribuir para a terapia familiar, já que esse documento não é específico para nós. Ieda (AGATEF) responde que a Comissão de Pesquisa é um espaço específico para pesquisa, não tendo relação com o congresso. Pode ser que essa não seja a profissional escolhida, mas poderá ser uma ideia. Marlene fala que o objetivo é avaliar o atendimento de família, para ter algo concreto, tendo uma forma qualitativa e quantitativa de um processo terapêutico. Lúcia Vinagre (ATF-RJ) lembra o que o Governador de Mato Grosso falou no seu discurso de abertura no XX Simpósio da ABRATEF que é preciso validar o que é realizado, validar a terapia familiar. Existem casos valiosos para validar na Clínica de Terapia Familiar. É fundamental se validar os casos valiosos que temos, pois é uma constatação clínica objetiva, e sem que isso tenha sido confirmado não se pode colocar numa política pública. Ana Cristina (ATF-RJ) fala que no 13º Congresso foi incluído um tópico “como fazer uma pesquisa”, os Terapeutas de Família são potenciais pesquisadores, e fazer sistematização das pesquisas que realizam. Helena Hintz (AGATEF) lembra que em 2005 no nosso encontro de formadores foi levado um professor para falar sobre pesquisa em família, abrindo a possibilidade do Terapeuta de Família fazer pesquisa. Larissa (ATFAGO) levanta a possibilidade de operacionalizar o instrumento de pesquisa e incluir no 14º Congresso devido ao grande número de terapeutas familiares. A coordenadora Ieda Dorfman lembra que o objetivo é fazer pesquisa sem estar na academia, na Clínica de Terapia de Família existe uma riqueza de material que poderá ser validado. A presidente Silvana, diz que essa é uma discussão que temos há muito tempo, e fala que os dados existentes são quantitativos e não qualitativos, o instrumento não é fácil de lidar, mas se os Terapeutas Familiares conseguirem maior efetividade através da pesquisa, poderá se conseguir um lugar melhor nas políticas públicas. A coordenadora Helena intervém e pede uma conclusão da comissão, para ouvir sobre a próxima reunião que será em março de 2020, em Recife. Comissão do Congresso é composta por Analice (ATFAGO), Verônica Cezar-Ferreira (APTF), Larissa (ATFAGO), Fátima Mônaco (ATF-BA), Lucia Freire (APETEF) e Vera Risi (ATF-RJ). Analice (ATFAGO) apresentou para a comissão as atividades do congresso, espaços desenhados, que a comissão discutiu e deu a sugestão para incluir no regulamento e de nomes para determinadas atividades. Informa que haverá mesas redondas e que podem ser montadas por indicação das regionais, serão seis mesas redondas em cada sub-eixo do congresso. Virgínia Uchoa (ACTF) solicita participar dessa comissão. Comissão Editorial: composta por Eliane Pelles (ATFAGO) coordenadora, Ana Cristina Fróes (ATF-RJ) –Danielle D. Damo (ACATEF), Helena C. Hintz (AGATEF), Silvia Fontes (ATEFES) e Daniela Reis e Silva (ATEFES) – ausentes nesta reunião. Eliane Pelles (ATFAGO) como relatora da comissão informa da alegria com a saída da revista eletrônica. Levanta questões sobre a revisão de artigo, do formulário de avaliação de cada artigo enviado, a importância de que os artigos preferencialmente sejam de associados da ABRATEF, pois foi enviado artigo de não associados, da necessidade de localizar de qual região é esse artigo, mas também de dar o mínimo de possibilidade de incluir esses não associados, para incentivar a entrada de novos associados, de ter a possibilidade de contemplar artigos internacionais. Ana Cristina (ATF-RJ) fala que o associado é prioridade, convidados também, mas que esses

associados precisam ser adimplentes, e estar em dia com a anuidade. Ana Cristina (ATF-RJ), fala ainda que apesar das revistas anteriores terem contemplado artigos não inéditos, mas que foi uma falha, finalizando comenta que é um grande trabalho dos consultores “ad doc”. Eliane (ATFAGO) informa que o volume de artigos enviados foi grande, que existe um formulário de avaliação para ter uma aproximação de um revisor ao outro. Lucia (APETEF) sugere que a seleção dos artigos contemple as várias regionais, para não concentrar em algumas. Eliane (ATFAGO) lembra que as normas para elaboração e envio de artigos para publicação estão no site da ABRATEF, mas precisa ser mais incentivada a produção de artigos. Seguindo a pauta, a coordenadora Helena passa para **Apresentação da APETEF, que estará sediando a quarta reunião do CDC deste biênio e, juntamente com a ABRATEF, promovendo XXI Simpósio Brasileiro de Terapia Familiar, em data a ser aprovada neste conselho.** Lucia Freire (APETEF) convida a todos os presentes no CDC que estejam presente, também, no próximo CDC que será realizado em Olinda. O tema do XXI Simpósio da ABRATEF será “Famílias e Casais: Lugar de amor e perdão”, o local será o Hotel Sete Colinas, que fica situado na Ladeira de São Francisco, em Olinda-PE, nos dias 27 e 28 de março de 2020. Esta proposta foi aprovada pelos presentes. Dando continuidade à pauta, a coordenadora Helena passa para o item **Assuntos Gerais** e pergunta se alguém tem algum assunto. Ana Cristina (ATF-RJ) fala do atendimento social da ATF-RJ, que está sendo realizado por associados voluntários, titulares, que atendem de forma social no seu próprio consultório. Pergunta se alguém tem alguma sugestão. Agda (APTF) fala que em São Paulo tem a Rede de Atendimento Voluntário-RAV, o valor não é repassado para a regional. Rosane Porto (ATF-RJ) informa que tem uma equipe de triagem que encaminha para o terapeuta mais próximo. Andrea Toledo (APRTF) comenta que na sua regional fazem uma triagem na associação, encaminha para os associados que se disponibilizam em atender por valor social, assinam um termo e o pagamento é para a Regional. Rosana Galina (APTF), representando a Comissão de História, solicita que sejam enviados esses relatos de trabalho para a Comissão da História. A coordenadora Helena solicita que essas ideias maravilhosas sejam repassadas por whatsapp e e-mail. Lembra, também, para repassar fotos e brincadeiras para o grupo do whatsapp CDC Zona Livre. Terminando a pauta, proposta para o novo CDC: Encontro de formadores e maneira de como ele deve se desenrolar, que será discutido em Recife. Finalizando os assuntos da terceira reunião do CDC, da gestão 2018-2020, as coordenadoras Helena Hintz e Ieda Dorfman solicitam que fosse feita a Avaliação sobre o trabalho da 3ª reunião do CDC e, após todos terem avaliado a 3ª reunião do CDC, agradecem a presença de todos e convidam os participantes para um barzinho, previamente agendado pela regional anfitriã ATF-MT. A reunião foi encerrada às 19h.

Helena Centeno Hintz e Ieda Zamel Dorfman
Coordenadoras 2018-2020

Edna Malheiros Primeira Secretária
Virgínia Uchôa Segunda Secretária substituta